



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639991 - SP (2021/0012415-5)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : FELIPE QUEIROZ GOMES
ADVOGADO : FELIPE QUEIROZ GOMES - SP392520
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABIANO BENEDITO MARQUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de FABIANO BENEDITO MARQUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2238133-98.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso, cumprindo pena de reclusão em regime fechado, por incurso nas infrações dos arts. 157, § 2º, e 121, § 2º, ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta constrangimento ilegal do paciente por estar aguardando a avaliação criminológica para progressão de regime desde 21/02/2020, sendo mantido em regime prisional mais gravoso e que não há nenhum elemento nos autos da execução que possa fundamentar suficientemente a realização do exame no presente caso, pois o paciente possui bom comportamento carcerário e não praticou nenhuma falta, demonstrando estar pronto à harmônica reintegração social ao desempenhar atividades laborais e participar de diversos cursos durante todo o seu recolhimento. Aponta ainda o risco de contaminação pela covid-19, tendo em vista a superpopulação carcerária.

Requer a concessão de liminar para que seja afastada a necessidade da avaliação criminológica para análise do pedido de progressão ou a imediata remoção do paciente ao regime semiaberto até a realização do exame criminológico.

No mérito, pugna a concessão da ordem para que seja cassada a decisão que determinou a realização do exame criminológico, devendo ser julgado o benefício imediatamente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do

que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs que o "defensor não trouxe elementos suficientes no sentido de constatar que o acusado pertencesse a grupo de risco em relação ao contágio pela Covid-19" (fl. 19).

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência